



Jonas Pereira/Agência Senado



Renan e Cunha assinam o anteprojeto, que será analisado por comissão antes de virar projeto de lei

Congresso quer estatais mais transparentes

Renan Calheiros e Eduardo Cunha lançaram anteprojeto que dá ao Parlamento poder de fiscalizar empresas do governo e indicações

De acordo com o anteprojeto da Lei de Responsabilidade das Estatais, apresentado na semana passada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, os indicados pela Presidência da República para a direção das empresas públicas deverão ser

sabatinados pelo Senado. O Poder Legislativo também fiscalizaria o cumprimento das metas das estatais. O senador Aécio Neves anunciou que também pretende apresentar um projeto regulamentando a organização administrativa das estatais, em combate a “cabides de emprego”. **3**

ACONTECEU NO SENADO

Lei da Mediação passou no Plenário

O projeto de lei que regulamenta a mediação como solução de conflitos foi à sanção. Objetivo

é desafogar a Justiça. Pacto federativo e direitos dos servidores também foram destaques. **8**

Jefferson Ruy/Agência Senado



Senado aprova criação do Banco do Brics

A decisão foi tomada na quarta-feira, quando também foi confirmado o estabelecimento de um fundo de reservas a ser usado, em casos de crise internacional, para socorrer os países do bloco — formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa hoje, na Rússia, de evento com congressistas do grupo. **7**



Em dez anos, consumo de combustível cai quase 50%

O consumo de combustível com os veículos oficiais do Senado foi reduzido em 48,75% na última década. O gasto caiu de 499,9 mil litros em 2004 para 256,2 mil

em 2014. Em outra frente, a Casa economizou em maio 950 mil folhas de papel a partir da implantação do processo eletrônico em toda a rotina administrativa. **6**



Arc Volpe/Senado Federal

Redução das cotas dos gabinetes foi uma das medidas adotadas pela Casa

Desafios do setor elétrico são tema da revista *Em Discussão!* **2**

Senadores devem votar projeto da Lei da Inclusão nesta semana **5**

Debatedores pedem combate a desperdícios para enfrentar a seca **7**

Imprensa livre, democracia sólida.

7/6 - Dia Nacional da Liberdade de Imprensa

Saber é poder: a censura da imprensa impede a livre circulação de informações, afeta a disseminação dos fatos e prejudica a propagação do conhecimento. Uma democracia consolidada é reflexo de uma sociedade bem informada.

Secom | Publicidade e Marketing

SENADO FEDERAL

Pedro Franco/Agência Senado



Senador Garibaldi Alves Filho (C) conduz o lançamento da 25ª edição da revista do Senado na Comissão de Infraestrutura

Revista analisa desafios da geração de energia elétrica

Nova edição de *Em Discussão!*, publicada pela Secretaria de Comunicação do Senado, foi produzida com base nas audiências públicas realizadas na Casa sobre as dificuldades e as soluções do setor energético

FOI LANÇADA NA quarta-feira, na Comissão de Infraestrutura (CI), a 25ª edição da revista *Em Discussão!*, que analisa estratégias para garantir o fornecimento de energia elétrica a preços que favoreçam o crescimento econômico e não comprometam o ambiente. A revista é publicada pela Secretaria de Comunicação (Secom) do Senado.

— Tudo que foi debatido está contido na revista e chegará a todos aqueles que desejam que o Brasil tenha um melhor futuro em relação ao panorama energético — disse o presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Os impactos da crise hídrica sobre os reservatórios das usinas hidrelétricas, os efeitos ambientais e econômicos das termelétricas e a necessidade de diversificação das fontes energéticas são alguns dos temas tratados na nova edição.

Segundo a diretora da Secom, Virgínia Malheiros Galvez, a revista dá destaque às audiências

públicas organizadas pela CI e por outras comissões do Senado, que ouviram especialistas.

— A revista é mais um fruto dos debates protagonizados pelos senhores senadores na comissão e no Senado, no desempenho de sua função institucional de debater a nossa realidade, aperfeiçoando-a através do trabalho legislativo — disse Virgínia.

O editor da revista, Nelson Oliveira, e a editora do programa *Em Discussão!*, da TV Senado, Andréa Alves, destacaram a riqueza de elementos abordados nas audiências, que embasam os produtos jornalísticos do Senado.

Além dos debates, a revista *Em Discussão!* traz estatísticas sobre geração de energia, consumo, tarifas e tributação e entrevistas com senadores que têm propostas para alterar a legislação do setor.

Para Wellington Fagundes (PR-MT), Douglas Cintra (PTB-PE) e Telmário Mota (PDT-RR), a revista e os demais

veículos de comunicação do Senado são importantes porque permitem que o trabalho dos parlamentares chegue à população.

— A comunicação ajuda a construir a democracia — disse Wellington.

A publicação, na opinião de Cintra, facilita a divulgação de temas complexos, que são tratados de maneira a facilitar a compreensão e ampliar a participação dos brasileiros na solução dos problemas do país.

Também participaram do lançamento da revista o diretor da Secretaria de Editoração e Publicações, Florian Madruga, o diretor da Secretaria Agência e *Jornal do Senado*, Ricardo Icassatti, a diretora da Secretaria TV Senado, Junia Melo, a diretora de Jornalismo da Secom, Ester Monteiro, e o representante do Ministério da Integração Nacional, Marcos Antônio Cardoso de Souza.

[Acesse o site da revista e veja vídeo: http://bit.ly/EmDiscussao25](http://bit.ly/EmDiscussao25)

Cássio Cunha Lima alerta para situação da segurança na Paraíba

Jefferson Ruy/Agência Senado



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) sugeriu ao governo paraibano a contratação de 5 mil aprovados em concurso da Polícia Militar e pediu que o Ministério da Justiça autorize a presença da Força Nacional de Segurança Pública no estado.

Segundo o senador, nos primeiros cinco meses de 2015, foram registrados 638 assassinatos na Paraíba, mesmo número contabilizado em todo o ano de 2003. Ele disse que, além de não reconhecer o problema, o governo da Paraíba lhe atribuiu a responsabilidade por boatos sobre a situação da segurança pública no estado.

Caiado diz que governo faz publicidade oficial em defesa do PT

Moneria Matiz/Agência Senado



Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse na terça-feira que o secretário de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, induziu entidades do governo a promoverem campanhas de interesse do PT.

O senador lembrou reportagem de *O Globo* em que Silva afirma que instruiu as empresas a fazerem propagandas pela “cultura da paz” em contrapartida à onda de “animosidade política” que observa desde as eleições. Para Caiado, o PT colhe o que plantou por ter, na opinião do senador, alimentado a discórdia entre setores da sociedade.

Fátima elogia seminário que discutiu perspectivas para a Região Nordeste

Waldemir Borner/Agência Senado



Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou, na terça-feira, a realização do seminário Nordeste, 60 Anos Depois: mudanças e permanências, organizado pela Igreja Católica em Natal.

A senadora explicou que o encontro, que debateu questões sociais, econômicas, ambientais, de desenvolvimento e de infraestrutura hídrica, é homenagem ao primeiro grande seminário destinado a “pensar o Nordeste e o semiárido”, ocorrido há seis décadas.

— É a Igreja Católica pensando uma nova agenda para uma região que tem mais de 50 milhões de habitantes — disse.

Lei que homenageia Drummond e cria Dia da Poesia é sancionada

O dia 31 de outubro passa a ser o Dia Nacional da Poesia. É o que determina a Lei 13.131/2015, publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira.

Sancionada por Dilma Rousseff na quarta-feira, a lei homenageia Carlos Drummond de Andrade. A data escolhida pelo autor da proposta original (PLS 501/2009), Alvaro Dias (PSDB-PR), é o dia de nascimento do poeta, em 1902, em Itabira (MG).

Na opinião do senador, é necessário valorizar a cultura para cumprir o disposto no artigo 216 da Constituição, segundo o qual o poder

público “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro”. Alvaro observa que, apesar da timidez e do recato, Drummond “teve sua obra celebrada por milhões de admiradores” e tornou-se o poeta mais influente da literatura brasileira.

“A obra de Drummond continua a influenciar poetas e práticas de ensino e aprendizagem da poesia, seduzindo novos leitores a cada dia. Por isso, um dia dedicado à poesia que também homenageie o poeta poderá marcar ainda mais o amor dos brasileiros pela poesia”, argumenta o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH O ajuste fiscal e os negros

9h A comissão faz audiência interativa sobre os impactos das medidas econômicas sobre a população negra.

INSTITUCIONAL Meio Ambiente

9h O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais organiza a Semana do Meio Ambiente. As atividades começam com oficinas de hortas em pequenos espaços, no Viveiro do Senado.

CDH Audiência sobre terceirização

14h A comissão visita a Assembleia Legislativa de Santa Catarina para tratar da terceirização.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos e avisos.

CPI Assassinato de Jovens

19h30 A CPI do Assassinato de Jovens faz audiência pública interativa com entidades da sociedade civil.

CMA Postalis

9h30 Audiência interativa debate problemas no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis).

CE Ministro da Educação

10h A comissão faz audiência interativa com o ministro Renato Janine Ribeiro sobre cortes no Fies e no Pronatec.

CAE/CCT Ministro do Desenvolvimento

10h O ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, fala em audiência conjunta das comissões.

CMO Relatórios

14h A Comissão Mista de Orçamento vota atas e relatórios.

CMCMV Violência contra a Mulher

14h A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz audiência para discutir implantação das Casas da Mulher Brasileira e avanços da Lei Maria da Penha.

CRE Embaixadores

14h30 A comissão vota a indicação de embaixadores.

MP 670/2015 Imposto de renda

14h30 A comissão responsável pela MP que dispõe sobre os valores da tabela do Imposto de Renda vota relatório.

MP 671/2015 Relatório

14h30 A comissão responsável pela MP do Futebol vota relatório.

SUBCOMISSÃO Obras inacabadas

15h30 A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas vota requerimentos.

CI/CMA Ministro do Planejamento

8h30 As comissões fazem audiência com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre assuntos do ministério.

CAS Ministro da Saúde

9h A comissão ouve o ministro da Saúde, Arthur Chioro, sobre epidemia de dengue.

CDR Fundos constitucionais

9h A comissão faz audiência sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte.

CCJ Sabatina

10h A comissão sabatina indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público: o procurador de Justiça Militar Antônio Pereira Duarte e os advogados Walter de Agra Júnior e Esdras Dantas de Souza.

CE Combate à tortura

10h A comissão promove audiência pública interativa sobre o PLS 417/2013, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. Foi convidado, entre outros, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

CRE Lei de Migração

10h A comissão vota o projeto da Lei de Migração e faz audiência pública para tratar da atual política externa brasileira.

PLENÁRIO Senador Luiz Henrique

10h30 Sessão destinada a homenagear Luiz Henrique, senador morto em maio.

CDH Polícia pacificadora

14h A comissão faz audiência interativa sobre a UPP do Complexo do Alemão, no Rio.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidentes do Senado e da Câmara apresentaram texto que dá ao Congresso maior papel na fiscalização das empresas administradas pelo governo. Aécio Neves tem proposta contra “aparelhamento” político

Anteprojeto de lei eleva transparência nas estatais

APRESENTADO NA SEMANA passada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, o anteprojeto da Lei de Responsabilidade das Estatais aumenta a transparência. O artigo 173 da Constituição dá orientações gerais para a organização das empresas estatais e deixa clara a necessidade de mecanismos de fiscalização e governança, mas deixa a normatização para lei posterior. Na ausência dessa lei até hoje, cada estatal tem os próprios regulamentos.

— Essa lei acabará com um mundo paralelo das estatais, que não tem controle público, não tem acompanhamento do Congresso e não dá respostas à sociedade — disse Renan.

O texto será enviado para uma comissão de senadores e deputados, da qual sairá um projeto para tramitar no Senado e na Câmara. A comissão terá 30 dias para concluir os trabalhos e o projeto deverá ser votado antes do recesso parlamentar de julho. O presidente da comissão será o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o relator será o deputado Arthur Maia (SD-BA). Caso as medidas sejam aprovadas, as estatais terão seis meses para se adaptar às novas regras.

Congresso atuante

O anteprojeto insere o Congresso no processo de governança das estatais. Os nomes indicados pelo Executivo para a presidência das empresas deveriam ser sabatinados e aprovados pelo Senado — mesmo processo aplicado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e aos presidentes das agências reguladoras.

O Congresso participaria da fiscalização do cumprimento de metas. Os conselhos de administração teriam que se reportar ao Legislativo para informar o desempenho das diretorias. Os comitês de auditoria (criados pelo anteprojeto) ficariam obrigados a elaborar relatórios semestrais.

Ao assumirem o cargo, os diretores deveriam se comprometer a alcançar resultados especificados pelo conselho de administração, sob o risco de serem destituídos. Além disso, seriam estabelecidos “currículos mínimos” para diretores e presidentes. O dirigente precisaria ter um ano de experiência como presidente de empresa de capital aberto. Os diretores precisariam comprovar cinco anos de

atuação numa empresa de mesmo porte. Outra mudança é a proibição de políticos nos conselhos de administração.

O consultor do Senado Marcos Köhler acredita que o texto deve sofrer alterações na comissão mista. Mas explica que a proposta se fundamenta em princípios básicos, como maior controle social. Ele cita como exemplo a existência de conselheiros independentes e a criação de comitês de avaliação de riscos, de auditoria e até de remuneração.

— Essas instâncias vão tornar mais objetivas as responsabilizações, de modo que não possa acontecer algo de

relevante que não chegue ao conhecimento da diretoria.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), preocupa-se com a imposição da sabatina para os indicados à presidência das estatais. Renan reconheceu que há espaço para negociar o rito da sabatina e até mesmo retirá-la do projeto final. Walter Pinheiro (PT-BA), membro da comissão que analisará o texto, afirmou que a tramitação será cautelosa:

— Vamos fazer a limpeza do que é papel nosso e o que é papel do Executivo e lembrar que a independência dos três Poderes sempre prevaleceu.



Felipe Lange Borges

A sede da Petrobras, no Rio: texto prevê sabatina para dirigentes de estatais

Aécio pretende combater “cabides de emprego”

Aécio Neves (PSDB-MG) anunciou na quarta-feira que apresentará um projeto de lei regulamentando a organização administrativa das estatais. Trata-se de uma proposta alternativa ao anteprojeto apresentado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha.

— O projeto vem na direção de sanar um dos principais problemas do Brasil: a go-

vernança das estatais, que viraram cabides de emprego e instrumentos de ação política. Vem para transformar a gestão das empresas em algo de interesse da sociedade.

Aécio não vê problema em apresentar seu projeto ao mesmo tempo em que o texto de Renan e Cunha começará a ser analisado por uma comissão. Para Aécio, ambas as propostas terão seu espaço:

— Há o anteprojeto, que vai ser discutido numa comissão e vai se tornar um projeto, e eu estou trazendo um projeto de lei fazendo isso pelo PSDB. Eles vão na mesma direção.

O ponto central do projeto de Aécio é definir as qualificações técnicas e profissionais necessárias para os ocupantes dos conselhos de administração e das diretorias das estatais. O objetivo, segundo

o senador, é impedir o aparelhamento das empresas por meio de nomeações políticas.

— São 150 estatais sob o controle da União, das quais ninguém sabe até hoje os critérios para indicação dos dirigentes e conselhos. Não queremos que se repitam episódios em que o fato de alguém ser dirigente do partido no poder o capacite a ser conselheiro de uma empresa.

Semelhanças e diferenças

ANTEPROJETO DOS PRESIDENTES DA CÂMARA E DO SENADO		PROPOSTA DO SENADOR AÉCIO NEVES	
Ementa	Com 45 artigos, o anteprojeto “dispõe sobre a responsabilidade na gestão empresarial das sociedades de economia mista e empresas públicas no âmbito da União e dá outras providências”.	Ementa	São 22 artigos, e a ementa diz que a proposta “dispõe sobre as regras gerais de governança corporativa aplicáveis às sociedades controladas pela União”.
Senado	Os presidentes das empresas públicas e sociedades de economia mista devem ser aprovados pelo Senado, com adoção de rito semelhante ao das agências reguladoras, previsto no artigo 52 da Constituição. Hoje, cabe ao presidente da República nomeá-los, sem necessidade de concordância do Congresso.	Senado	Submete ao Senado a aprovação de todos os diretores e todos os candidatos a conselheiro das estatais com patrimônio acima de R\$ 1 bilhão.
Experiência	Os presidentes das empresas públicas e sociedades de economia mista terão obrigatoriamente que comprovar experiência anterior no mercado de pelo menos um ano.	Ascensão	Garante direito à ascensão ao cargo de diretoria ao funcionário de carreira com menos dez anos de serviços prestados e experiência profissional comprovada.
Conselhos	Os integrantes dos conselhos de administração devem ser eleitos por uma assembleia-geral de acionistas e precisam atender condições como idoneidade moral; graduação em curso superior ou notória experiência em gestão empresarial ou em área que integre o objeto social da companhia; comprovação de no mínimo cinco anos de atuação profissional efetiva em gestão empresarial ou atividade que integre o objeto social da companhia.	Conselho	Estabelece que o conselho de administração tenha no mínimo cinco membros, sendo 30% deles independentes.
Proibição	Ministros ficam proibidos de participarem dos conselhos de administração. Também ficam impedidos outros agentes políticos vinculados à União e titulares de cargos até o terceiro escalão no âmbito dos respectivos ministérios.	Políticos	Veda a ocupante de mandato eletivo cargos em conselhos e em funções de direção das estatais. A proibição se estende a ocupantes de cargos de relevância em partidos políticos.
Auditoria	Será instituído nas sociedades de economia mista um comitê de auditoria, que deve elaborar, ao fim de cada semestre, um relatório de avaliação dos sistemas de controle interno. O objetivo é detectar deficiências no funcionamento da empresa e apresentar recomendações à diretoria. Esses documentos deverão ser colocados à disposição do conselho de administração, dos órgãos de controle da atividade da sociedade e do Congresso Nacional pelo prazo mínimo de cinco anos.	Auditoria	Estabelece auditoria externa independente obrigatória por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Licitações	As contratações de obras, serviços, compras celebradas por sociedades de economia mista e empresas públicas deverão ser precedidas de licitação pública, conforme prevê a Lei 8.666/1993. O texto admite, contudo, a edição de regulamento próprio de licitações e contratos administrativos que atendam peculiaridades dessas empresas. Nesses casos, relatório detalhado sobre o processo deverá ser enviado anualmente ao Congresso.	Ética	Estabelece o funcionamento de comitê de Ética, presidido por alguém independente do Conselho de Administração.
Adaptação	A vigência da lei é imediata, mas as empresas terão 180 dias para se adaptarem às novas regras.		

Formação do grupo, que contará com senadores e deputados, foi sugerida em projeto de Paulo Paim aprovado pelo Senado na quarta. Objetivo é debater soluções contra o desemprego, que chegou a 8%



Agência pública do trabalhador em setor de Brasília: aumento do desemprego e trabalho informal preocupam parlamentares

Congresso terá Frente Parlamentar do Trabalho

A PREOCUPAÇÃO COM o desemprego no país e a necessidade de discutir alternativas para a geração de vagas estão na base da criação da Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho, aprovada pelo Senado na quarta-feira. A proposta seguiu para promulgação.

A frente está prevista no PRS 30/2007, apresentado por Paulo Paim (PT-RS). O objetivo do grupo é promover no Congresso um amplo debate para resolver o problema de

desemprego e subemprego.

A frente será integrada por senadores e deputados e as discussões poderão ser acompanhadas pela sociedade.

Segundo Paim, a frente vai discutir, por exemplo, o projeto em análise no Senado que muda as regras para a terceirização (PLC 30/2015).

Outro desafio será encontrar saídas para o trabalho informal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 19,5% das pessoas ocupadas em janei-

ro deste ano nas principais cidades do Brasil trabalhavam por conta própria. O rendimento mensal médio dessa parcela da população era de R\$ 1,3 mil.

O desemprego no Brasil chegou a 8% no trimestre encerrado em abril. Isso significa que havia nesse período 8,03 milhões de pessoas sem trabalho formal no país.

O índice, de acordo com a pesquisa do IBGE, era de 7,1% em igual período do ano passado.

CPI discute hoje o combate à violência

O risco de um jovem negro ser assassinado no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. A conclusão é de um estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2014. Essa realidade e a atuação de entidades civis no combate à violência são o tema da audiência pública hoje na CPI do Assassinato de Jovens.

Foram convidados representantes de movimentos como Viva Rio, Instituto Sou da Paz, Geledés, Coordenação Nacional de Entidades Negras e Cam-

panha Reaja ou Será Morto. O requerimento para o debate é de Lindbergh Farias (PT-RJ), um dos relatores da CPI que é presidida por Lídice da Mata (PSB-BA).

O estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi feito em parceria com a Unesco e mostrou que o número de jovens negros assassinados por 100 mil habitantes subiu de 60,5, em 2007, para 70,8 em 2012. Entre os jovens brancos, a taxa também aumentou: de 26,1 para 27,8. Isso significa que 29.916

jovens foram assassinados em 2012, sendo 22.884 negros e 7.032 brancos.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 19h30

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/CPIjovens>

Efeitos de ajuste para os negros em debate

Os impactos das mudanças na economia sobre a população negra vão ser debatidos hoje em audiência interativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O requerimento é de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Entre os convidados para o debate, estão frei David Santos, diretor-executivo de Educação para Afrodescendentes

e Carentes da Educafro; Ivair Augusto Alves dos Santos, professor da Universidade de Brasília (UnB); e a jornalista Luciana Barreto. Foram também convidados representantes dos Ministérios da Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda, além de integrante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Paim pede à presidente Dilma que não vete nova regra da aposentadoria

Em pronunciamento, Paulo Paim (PT-RS) pediu à presidente da República, Dilma Rousseff, que não vete a flexibilização do fator previdenciário, aprovada pelo Senado no fim de maio.

Na terça-feira, o senador anunciou o início de sua contagem regressiva até o dia 16, quando vence o prazo para Dilma sancionar ou vetar a nova regra para a aposentadoria. Ele disse que fará uma

cruzada nacional pelo fim do fator previdenciário e contra o projeto da terceirização.

Paim informou ainda que está marcada para quarta-feira a votação final do projeto dele que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei Brasileira de Inclusão (*veja mais na página ao lado*).

— O estatuto busca assegurar a 45 milhões de brasileiros direitos que até hoje não eram garantidos — disse.

Bezerra defende carreira nacional para professores da rede pública

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu a criação de uma carreira nacional para os professores do ensino básico público. Para ele, a federalização eliminará diferenças salariais entre os estados, dando mais segurança para a profissão e beneficiando também os alunos.

O senador disse apoiar a aprovação do PLS 320/2008, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria o Programa

Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, transferindo para a União a responsabilidade de prover os meios para melhorar a estrutura física das escolas e atender os alunos em tempo integral.

— Uma educação de qualidade, capaz de induzir a mudança social que almejamos, depende, em grande medida, do reconhecimento dado ao profissional da educação.

Medeiros: governo precisa “cortar na própria carne”, e não prejudicar pobres

José Medeiros (PPS-MT) criticou a política econômica do governo federal diante da necessidade do ajuste fiscal. O senador afirmou que há consenso a favor de medidas de austeridade, mas argumentou que o governo precisa “cortar na própria carne”, e não nas classes menos favorecidas.

Ele disse que, ao reagir à cri-



se de 2008, o governo se viu como um “novo rico”, mas o dinheiro acabou e o país sofre os efeitos da recessão mundial por erros da política interna.

Medeiros chamou a atenção para os efeitos da crise econômica sobre o setor produtivo, alertando em especial para a queda expressiva no investimento em logística.

Raupp apoia ideia de economistas para quitação da dívida dos estados

Valdir Raupp (PMDB-RO) citou o estudo de um grupo de economistas e advogados que resultou numa proposta de quitação dos débitos



ano e instalado um fundo de recuperação das finanças públicas, a dívida de 22 estados poderá ser quitada em cinco anos.

— É uma ideia viável, nascida da iniciativa de cidadãos dispostos a contribuir, sem viés ideológico. É a sociedade instigando o Congresso a se movimentar e a cancelar soluções — disse.

Brasil mata mais do que qualquer país em guerra, afirma Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) citou os dados do *Mapa da Violência 2015*, da Unesco, e elogiou a CPI do Assassinato de Jovens no Brasil,



construir um país mais justo, mas sim uma nação com mais mortos que qualquer país em guerra. Essa é a realidade brasileira.

A CPI em curso no Senado tem por obrigação identificar as cidades e regiões onde estão concentrados os maiores índices de violência e de incidência da morte de jovens — alertou o senador.

Lei Brasileira de Inclusão segue para o Plenário

Votação está prevista para quarta-feira. Projeto tem mais de 100 artigos e prevê o direito de inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Como a proposta já passou pela Câmara, falta apenas a votação pelo Plenário, prevista para quarta-feira, antes de a proposição seguir para sanção presidencial. O projeto (SCD 4/2015) ganhou, em Plenário, urgência na tramitação na quarta-feira passada.

Conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o projeto teve como relator na comissão Romário (PSB-RJ), que é pai de uma garota com síndrome de Down, Ivy, que ele diz ter sido a sua maior motivação para entrar na política.

— Quis fazer algo concreto para essas pessoas. Por isso, acho que hoje faço o maior gol da minha vida, um golaço — disse, sempre referindo-se à filha caçula, hoje com 10 anos, com expressões como “um presente de Deus” ou “minha princesinha”.

Ele elogiou Paulo Paim, a quem chamou de “meu ídolo na política”, e destacou que, segundo o mais recente Censo do IBGE (2010), quase 24% da população brasileira sofre de algum tipo de deficiência, seja física ou mental.

— São quase 47 milhões de pessoas que aguardam ansiosamente a aprovação deste estatuto. Ele vai ter um efeito prático na vida dessas milhões de pessoas — afirmou o senador, para quem o esta-

tuto marcará uma “nova era”.

Paim informou que a votação em Plenário na quarta-feira é o objetivo declarado do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Direitos e garantias

Pelo texto, fica classificada como “pessoa com deficiência” a que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A tônica do projeto, com mais de 100 artigos, é a previsão do direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida social por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas por meio de políticas públicas ou de iniciativas a cargo das empresas.

Um dos pontos é o direito ao auxílio-inclusão para a pessoa com deficiência moderada ou grave. Terá direito ao auxílio quem já recebe o benefício de prestação continuada previsto no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que venha a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório da Previdência Social.

O FGTS poderá ser usado na aquisição de órteses e próteses.

O texto proíbe instituições de ensino privadas de cobrar mais de alunos deficientes, além de as obrigarem a reservar no mínimo 10% das vagas nos processos seletivos



Romário, pai de Ivy, que tem síndrome de Down, foi relator do texto de Paulo Paim, a quem chamou de “ídolo na política”

de ensino superior e de formação técnica.

Na área da saúde, proíbe os planos de praticarem qualquer tipo de discriminação à pessoa em razão de sua deficiência.

Os teatros, cinemas, auditórios e estádios passam a ser obrigados a reservar espaços e assentos adaptados. Na área do turismo, os hotéis também deverão oferecer uma cota de 10% de dormitórios acessíveis.

Garante-se o recebimento, mediante solicitação, de boletos, contas, extratos e cobranças em formato acessível.

O texto estabelece que empresas com 50 a 99 empregados terão de reservar pelo menos uma vaga para pessoas deficientes ou reabilitadas. Atualmente, as cotas devem ser aplicadas pelas empresas com mais de 100 empregados. Os percentuais continuarão variando entre 2% e 5% do total das vagas. As empresas terão três anos para se adaptarem.

Para estimular a contratação de deficientes, a proposta muda a Lei de Licitações

(8.666/1993) de maneira a permitir o uso de margens de preferência para as empresas que comprovem o cumprimento da reserva de vagas.

Pelo projeto, somente a contratação direta será levada em conta, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Lei da Aprendizagem.

Cadastro nacional

O texto também cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência,

com a finalidade de coletar e processar informações destinadas à formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para as pessoas com deficiência e para a realização de estudos e pesquisas.

Várias prioridades passam a ser garantidas às pessoas com deficiência, como na tramitação processual, recebimento de precatórios, restituição do Imposto de Renda, além de serviços de proteção e socorro.

Cotas

O texto estabelece as seguintes cotas mínimas para deficientes:

	3% de unidades habitacionais em programas públicos ou subsidiados com recursos públicos
	2% das vagas em estacionamentos
	10% dos carros das frotas de táxi
	10% das outorgas de táxi
	5% dos carros de autoescolas e de locadoras deverão estar adaptados para motoristas com deficiência
	10% dos computadores de lan houses deverão ter recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual

Gleisi quer acabar com vinculação de subsídios entre agentes públicos



Em discurso na quarta-feira, Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu apoio à PEC 62/2015, que ela apresentou para acabar com o efeito cascata no reajuste de subsídios dos três Poderes. O texto veda a vinculação automática entre os subsídios de agentes públicos.

A senadora citou o exemplo dos deputados estaduais, cujos vencimentos se mantêm em 75% do que ganham deputados federais e senadores, acompanhando automaticamente os reajustes do Congresso.

Em outro discurso, na terça, Gleisi elogiou o lançamento do Plano Safra 2015-2016 pelo governo. Ela destacou a importância do agronegócio para a economia do país.

Douglas Cintra pede a participação do povo na preservação ambiental



Na véspera do Dia Nacional do Meio Ambiente, dia 5 de junho, Douglas Cintra (PTB-PE) destacou a importância de os parlamentares e a sociedade desenvolverem ações de preservação do meio ambiente.

O senador lamentou que a produção humana siga a lógica de explorar ao máximo no menor tempo e afirmou que a humanidade já sofre as consequências com as mudanças climáticas, inundações, secas e catástrofes. Para Cintra, a seriedade do tema exige não só a atuação dos governantes e órgãos públicos, mas de toda a população:

— Todos precisamos assumir integralmente a questão ambiental. O que vamos legar para os nossos filhos e netos?

Alvaro comemora a liberação de dados de empréstimos do BNDES



Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou a liberação de informações sobre empréstimos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O senador informou que, de acordo com estimativas do Ministério da Fazenda, esses empréstimos subsidiados vão custar ao brasileiro R\$ 79 bilhões no período de 2012 a 2015.

— Restará ao contribuinte brasileiro conhecer o quanto deverá pagar nos próximos anos de equalização de taxas de juros.

Alvaro pediu à Mesa do Senado que seja logo lido no Plenário o pedido de criação de CPI para investigar possíveis irregularidades praticadas pelo BNDES.

Edison Lobão critica excesso de pedidos de CPIs no Congresso



Edison Lobão (PMDB-MA) criticou o elevado número de requerimentos para criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso. Para ele, isso tira a importância do instrumento na apuração de irregularidades no país. Lobão afirmou que no Senado há comissões temáticas que cumprem o papel que hoje está sendo transferido, indevidamente, às CPIs.

— Se pretendemos ouvir uma autoridade da República, o presidente do BNDES, por exemplo, vamos chamá-lo à Comissão de Assuntos Econômicos ou de Fiscalização e Controle. Se ali descobrirmos a necessidade de comissão parlamentar de inquérito, nada nos impede de constituí-la.

Randolfe Rodrigues lê carta do Fórum 21 por democracia e trabalho



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) registrou o lançamento da carta *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*, elaborada pelo Fórum 21 — grupo internacional pelo desenvolvimento sustentável — e assinada por diversos movimentos sociais.

O documento chama a atenção para o que classifica de ofensiva conservadora no Congresso, que pode ampliar a terceirização de mão de obra e permitir o financiamento empresarial de campanhas.

Terça-feira, Randolfe protestou contra possível prejuízo ao Amapá na exploração de petróleo e gás na foz do Rio Amazonas. Para ele, é inaceitável que empresa francesa de logística da atividade petrolífera tenha se instalado no Pará.

Com medidas como redução das cotas dos gabinetes e uso de veículos alugados e mais econômicos, gasto foi reduzido em 48,75%

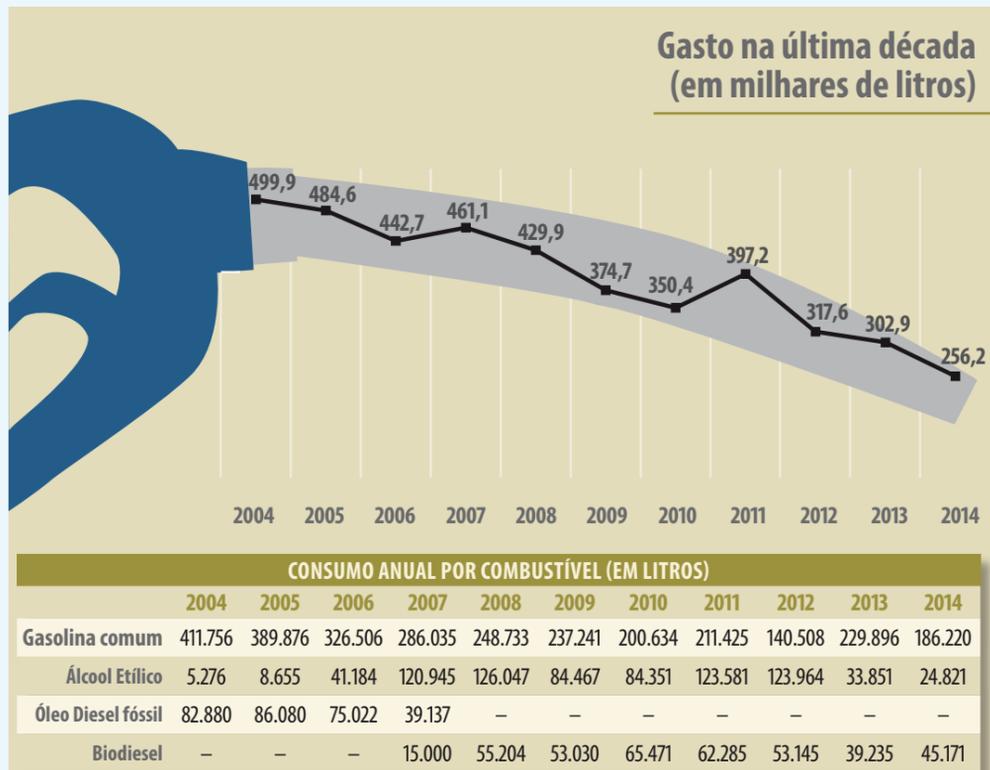
Consumo de combustível do Senado cai pela metade



O GASTO DE combustível pelos veículos oficiais do Senado foi reduzido em 48,75% na última década. O consumo anual caiu de 499,9 mil litros em 2004 para 256,2 mil litros em 2014.

De acordo com o coordenador de Serviços Gerais da Casa, Cassio Murilo Rocha, a redução é fruto de medidas administrativas adotadas pelo Senado. Entre elas, está a substituição dos automóveis da Casa pela contratação de veículos alugados, que atendem Presidência, senadores, Polícia do Senado e área administrativa.

A decisão da Mesa de reduzir as cotas dos gabinetes contribuiu para a economia. O Ato da Comissão Diretora 14/2013 alterou a regra que definia teto de 25 litros diários para 300 litros de gasolina ou 420 de álcool por mês. A mesma norma estabeleceu recolhimento dos carros oficiais nos finais de semana.



As demandas por transporte, que podiam ser feitas por telefone, passaram a ser feitas obrigatoriamente pela intranet, com registro de motivo e destino e comunicação

automática à chefia. — Passamos a concentrar demandas semelhantes para atender várias áreas simultaneamente e buscamos racionalização para reduzir

saídas — detalha Rocha.

Outra ação foi o uso de carros com motores de menor cilindrada e potência, que rodam mais quilômetros por litro.

Processo eletrônico: economia e sustentabilidade

UM MÊS APÓS a implantação total do processo eletrônico na rotina administrativa do Senado, a iniciativa se reflete em resultados administrativos. Com aceitação e engajamento pela maior parte dos servidores, a expectativa de que toda tramitação e gestão de documentos fossem feitas em meio digital se transformou em realidade. Dados do Relatório de Implantação do Processo Eletrônico, produzido pela Coordenação de Arquivo, mostram que 950 mil folhas foram economizadas em maio.

Para a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, os números comprovam que a medida deu certo. Segundo ela, essa economia de quase 1 milhão de folhas em um

mês representa muito mais do que uma contenção financeira e faz parte do Compromisso com a Sustentabilidade, presente na Carta de Compromissos do Senado.

— Isso faz parte do nosso compromisso socioambiental. Além disso, percebemos que o controle dos documentos ficou muito melhor. Houve ganho de eficiência, pois os processos podem ser consultados ao mesmo tempo por mais de um setor, fazendo com que a tramitação fique mais ágil — afirmou.

Apesar do possível estranhamento provocado pela mudança, a fase de adaptação transcorreu sem grandes problemas. De acordo com Ilana, as dificuldades são inevitáveis, já que se trata de



Sem versão impressa, processos podem ser consultados simultaneamente

“mudança drástica na forma do fazer administrativo”.

Na opinião da diretora-geral, os resultados positivos são reflexo do espírito de união e da disposição de todos os funcionários da Casa.

— Se não fosse a união de todo o Senado, de todos os gabinetes, de toda a área administrativa, nós não te-

ríamos conseguido. Então, fomos todos vencedores.

A transição do papel para o meio digital ocorreu sem gastos. Segundo Ilana, as únicas despesas são referentes à aquisição de Certificados Digitais ICP-Brasil.

Entrevista com Ilana Trombka: <http://bit.ly/economiaPapel>

Wellington se diz otimista com safra de grãos de 2015

Wellington Fagundes (PR-MT) manifestou otimismo com a safra de grãos deste ano e com o aumento da



importância da produção agrícola. Ele ressaltou as perspectivas favoráveis para os plantadores de soja com a alta do dólar, que tornou menos competitivo o produto dos Estados Unidos. O senador criticou, porém, a precariedade das rodovias em Mato Grosso, destacando que a duplicação da BR-163 será importante para a economia do estado.

— Estamos a postergando o grande salto econômico, que tem que ser a partir do campo — disse.

Wellington também saudou o lançamento do Plano Safra 2015, cujos recursos cresceram mais de 20% em relação ao ano passado.

Raimundo Lira lamenta crise hídrica na Paraíba

Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que a Paraíba está vivendo grande crise hídrica. O problema é tão



sério, disse o senador, que 18 municípios, onde vivem 700 mil habitantes, correm o risco de ficar sem água a partir de dezembro. Uma dessas cidades é Campina Grande, a segunda maior do estado, que é abastecida pelo Reservatório Boqueirão. Por não terem sido construídas duas barragens para regulação e contenção do assoreamento, hoje o reservatório está com 20% da capacidade assoreada e apenas 18% de acumulação de água, afirmou Lira.

— A seca é uma realidade do povo sertanejo na Paraíba, para quem é difícil ter água para cozinhar, para beber, para se banhar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para enfrentar problema, participantes de audiência sugeriram gestão mais rigorosa dos recursos hídricos, combate à poluição e adoção de soluções simples, como cisternas

Mau uso da água agrava seca, dizem debatedores

A escassez de chuva está longe de ser a única ou a principal explicação para a falta de água que vem afetando nos últimos tempos a população no país. O desperdício no uso diário e na distribuição, o comprometimento de mananciais pela poluição e o descaso com soluções tecnológicas simples e baratas para aproveitamento de água da chuva são outros fatores que contribuíram para a grave situação atual.

Essas foram as conclusões dos participantes de audiência pública sobre a crise hídrica no país, promovida na quarta-feira pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). A audiência foi pedida por Regina Sousa (PT-PI) e Donizeti Nogueira (PT-TO), que se revezaram na coordenação dos trabalhos.

Duzentos litros diários de água, em média, são destinados ao consumo doméstico no Brasil, registrou Antônio Gomes Barbosa, da organização Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Citando estudos acadêmicos, ele informou que 27% servem para beber e cozinhar; 25%, para higiene; 12%, para lavar roupa; e 3%, para outros usos. Porém, nada menos que 33% são gastos nas descargas dos vasos sanitários.

— A economia pode chegar a um terço caso exista duas redes de reúso: uma de água de chuva e outra resultante dos banhos e lavagens — disse.

Barbosa destacou o semiárido nordestino como exemplo



Antônio Gomes Barbosa, Marcelo Medeiros, Luis Sabanay e Luz Adriana Cuartas Pineda participam da audiência presidida pela senadora Regina Sousa (C)

de região marcada no passado por quadros graves de estiagem e que hoje começa nova história. Ele disse que as soluções envolvem o uso de tecnologias simples, como cisternas e sistema de captação e tratamento de água da chuva. Com isso, é possível garantir água para famílias, animais e produção familiar de alimentos sem necessidade de grandes barragens.

— Às vezes, a solução está em algo simples, mas o que se quer é construir coisas complexas e caras — criticou.

Demanda elevada

O secretário substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Medeiros, observou que o Nordeste apresenta quadro geológico que dificulta a reserva natural das chuvas. Quanto ao Sudeste, destacou que o estresse hídrico vem antes de tudo da alta demanda de água para o abastecimento urbano. Além disso, a concentração de atividades comerciais e

industriais provoca poluição e compromete a qualidade da água disponível.

— A perda de qualidade é maior em razão do lançamento de esgoto doméstico e industrial nos mananciais — alertou.

Medeiros disse que o país já tem uma legislação ambiental articulada, que pode favorecer a gestão mais técnica e segura dos recursos hídricos. Salientou que mais da metade dos estados já dispõe de planos de recursos hídricos e quase todos cobram pela concessão de outorgas de uso.

— Água é bem público e de todos: tem que ter o uso regulado, e a outorga é o meio que se tem para garantir acesso isonômico a esse recurso.

Segundo o secretário, a seca na Região Sudeste em 2014 foi a mais forte nos últimos 80 anos. Ele defendeu modelos mais rigorosos de gestão do recurso, com gatilhos que, a partir de níveis de redução dos estoques, passem a determinar ações restritivas de consumo.

Estação de chuva tem índices abaixo da média

A pesquisadora Luz Adriana Cuartas Pineda, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), informou que ficaram abaixo da média as precipitações da estação de chuva iniciada em outubro. No Sudeste, observou, é difícil prever a reversão dos baixos níveis de reservatórios que abastecem as metrópoles.

Participou também da audiência Luis Sabanay, assessor de Assuntos Estratégicos do Ministério da Pesca. Ele salientou a necessidade de planos de gestão de água que levem em conta os usos múltiplos do recurso, inclusive na atividade pesqueira. A seu ver, a água deve ser compreendida como bem público e escasso, e não há gestão eficaz sem a forte presença do Estado.

Regina Sousa reforçou a importância da valorização de tecnologias simples, já

testadas, para atender regiões que enfrentam estiagens. Em relação aos programas oficiais para a construção de cisternas no semiárido nordestino, por exemplo, a senadora apelou para que os governos resgatem a concepção do equipamento construído localmente, em placas de cimento. Disse que essa solução representa um custo máximo de R\$ 2 mil.

Donizeti Nogueira relatou que sugeriu a audiência porque vem testemunhando ao longo da vida a interferência humana sobre a natureza, afetando a qualidade e reduzindo a oferta de água, inclusive por meio da agricultura de grande escala. O senador observou que, em sua região, o Centro-Oeste, os chamados veranicos secos não eram tão comuns como hoje. Ele credita o problema sobretudo ao desmatamento para a expansão da agricultura.

Aprovada criação do Banco do Brics e do fundo de reservas

O Senado aprovou na quarta-feira a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco do Brics — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Também confirmou o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas, celebrado em julho de 2014, em Fortaleza, pelos presidentes dos países-membros. A criação do banco precisa ser aprovada pelos Congressos das nações que integram o grupo.

As iniciativas aprovadas estão previstas nos PDSs 155 e 156/2015, que tiveram como relator o senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Para ele, a criação do banco e o arranjo contingente de reserva expressam “transformações profundas que ocorreram na geopolítica mundial”.

Segundo Delcídio, o arranjo contingente é um fundo de reservas que não envolve recursos do Orçamento e não tem impacto fiscal para o país.

— Você empresta esses

recursos em dólar, dentro de determinadas condições, para aquele país que pode ser prejudicado em função de um solavanco na economia internacional. E a contrapartida é a moeda desse próprio país. — explicou.

O novo banco contará com capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões e capital autorizado inicial de US\$ 100 bilhões. O poder de voto de cada membro será proporcional à participação acionária subscrita no capital social. Países que compõem a ONU poderão aderir à instituição. Mas os integrantes do Brics manterão poder de voto conjunto de pelo menos 55%. A sede do banco será em Xangai, na China.

Delcídio disse que não será permitida a aplicação de um montante desproporcional de recursos em um país-membro em detrimento dos demais.

— Dos investimentos, somente 30% serão desvinculados. A liberação dos 70%

restantes dependerá da chancela do FMI [Fundo Monetário Internacional] — esclareceu.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) pediu um papel mais atuante e menos coadjuvante do Brasil no Brics. Também cobrou transparência para “que os brasileiros saibam para onde está indo o dinheiro público”.

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, devem participar hoje de um encontro de congressistas dos países que compõem o Brics. O evento será na Rússia.

Renan disse que levará com satisfação para Moscou a notícia da aprovação dos acordos.

— São muito importantes nesse contexto em que as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento continuam a enfrentar significativas restrições financeiras para sanar hiatos em infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável — afirmou.

Brasil e Peru terão grupo para estreitar relações entre Legislativos

O Senado aprovou quarta-feira projeto que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Peru. O objetivo é desenvolver relações entre os Legislativos dos dois países. O PRS 36/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi à promulgação.

Ferraço lembrou que em 2003 foi lançada a Aliança Estratégica entre o Brasil e o Peru. Como resultados, foi construída a ponte sobre o

Rio Acre, em 2006, e pavimentada a Rodovia Interoceânica, entre o noroeste do Brasil e o litoral sul do Peru.

Relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes (PSDB-SP) frisou a importância do grupo:

— A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns.

Comissão quer ouvir Mujica sobre chantagem que Lula teria revelado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para convidar o ex-presidente uruguaio José Mujica e o ex-vice-presidente Danilo Astori a comparecerem a audiência. O objetivo é debater revelações contidas no livro *Uma Ovelha Negra no Poder*, segundo as quais o ex-presidente Lula teria admi-

tido a Mujica haver lidado com “coisas imorais e chantagens” enquanto esteve no poder. O requerimento foi aprovado com votos contrários de Delcídio do Amaral (PT-MS), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A CRE também deu parecer favorável a acordo de cooperação econômica entre Brasil e Bulgária, firmado em 2011.

Em audiência pública, comissão articulou a criação de um grupo de trabalho que apresentará um documento ao Ministério da Saúde com argumentos pela adoção de medicamento imunobiológico

Senadores querem no SUS nova droga contra psoríase

UM GRUPO DE trabalho atuará para que o Ministério da Saúde aprove rapidamente a inclusão de medicamentos imunobiológicos, mais modernos e eficazes, no rol de remédios distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento da psoríase. A criação do grupo foi decidida na quarta-feira, em audiência pública, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O grupo será integrado por representantes da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde (Conitec), uma das responsáveis pela aprovação dos medicamentos; da Sociedade Brasileira de Dermatologia; e do Hospital das Clínicas de São Paulo, referência de tratamento.

— Passados 60 dias, queremos receber dos senhores (grupo de trabalho) um relatório sobre o que aconteceu ou não, para que entremos com uma ação política no Ministério da Saúde. Além do mais, na próxima semana [quarta-feira desta semana], quando o ministro da Saúde estiver aqui na CAS, o tema será levado a ele pelos senadores e pelo presidente da CAS, Edison Lobão — afirmou Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento para a realização da audiência.

A psoríase é um mal que afeta a pele e as articulações. Em casos mais graves, atinge o coração e os rins. Causa lesões, rachaduras e fissuras e pode gerar complicações como hipertensão, obesidade, diabetes, infarto e derrame, sem falar no impacto psicossocial, que leva o doente a se isolar e a ter pensamentos suicidas. A doença tem causas genéticas, não é transmissível e não tem cura. Estima-se que atinja até 3% da população.

Representantes das entidades expuseram, na reunião da quarta-feira, os problemas decorrentes do desconhecimento, das reduzidas opções de tratamento autorizados pelo SUS e principalmente, do preconceito que o doente sofre.

No debate, lembrou-se a negativa da Conitec em 2012 a utilização de imunobiológicos pelos pacientes de psoríase. Segundo a diretora da comissão, Clarisse Petramale, os estudos sobre as consequências do uso do medicamento, que baixa a imunidade dos usuários, eram insuficientes na época para permitir a aprovação.

A SBD apresentou novos estudos e uma proposta diferente — para uso apenas nos

pacientes em que o tratamento tradicional falhou.

O grupo de trabalho apresentará ao governo os estudos e as informações que eliminem as barreiras atuais, de modo a buscar a aprovação rápida do remédio, acreditam os senadores que propuseram a criação do grupo, Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ana Amélia.

Eternidade

Para Moka, o prazo que a Conitec leva para avaliar e aprovar a inclusão de remédios ou tratamentos garantidos pelo SUS é uma “eternidade”. Pode levar mais de um ano. O problema não se limita aos doentes de psoríase. Pessoas com doenças raras sempre enfrentam as mesmas limitações e precisam recorrer ao Judiciário, aumentando os custos para a União, lembrou o senador.

Segundo Clarisse, a nova mudança tem mais chances de ser aprovada, já que agora os estudos são mais abrangentes e a proposta é mais palpável, com uso apenas pelos pacientes nos quais o tratamento tradicional já falhou, e não mais para toda a população afetada pela doença.

— Uma negativa não quer dizer que está negado para

sempre. O pedido agora foi aprimorado — disse ela.

De acordo com Gladis Lima, do Comitê Psoríase Brasil, um dos maiores problemas enfrentados pelas pessoas acometidas com psoríase é o preconceito. A psoríase é normalmente confundida com a sarna:

— A doença é impactante. No olhar, a gente imagina (o que as pessoas pensam) “isso pega”.

O Brasil oferta poucas opções terapêuticas, não tem centros de referência e não investe no esclarecimento da população. Os médicos generalistas quase sempre erram o diagnóstico, o que retarda o tratamento.

Além dos poucos remédios ofertados pelo SUS, tratamentos como a fototerapia estão restritos aos grandes centros, prejudicando os doentes do interior do país. A aprovação de medicamentos mais modernos é urgente, disse:

— O médico precisa ter opção terapêutica para casos graves. O tratamento é longo, o paciente desenvolve toxidade ou a terapia deixa de fazer efeito. Precisamos ter disponibilidade dos imunobiológicos na falha dos medicamentos clássicos — disse Marcelo Arnone, do ambulatório de psoríase do HC de São Paulo.



Audiência pública no Senado sobre psoríase: doença afeta pele e não tem cura

Tratamento inadequado faz doença de pele se agravar, afirma Ana Amélia

Em pronunciamento na tribuna, Ana Amélia (PP-RS) citou a importância da audiência da CAS sobre a psoríase. A senadora disse que, por causa da descamação da pele, a doença acaba gerando preconceito, porque as pessoas têm medo de contágio — a doença não é contagiosa.

Segundo Ana Amélia, na audiência ficou acertado um prazo de 60 dias para que o Ministério da Saúde reexamine o registro de remédios usados no tratamento da doença, que, segundo estimativas, atinge 5 milhões de brasileiros.

Muitos recebem tratamento inadequado e, sem saber, desenvolvem níveis mais graves da doença, advertiu.

— Por isso, a importância do envolvimento do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde nas questões que afetam as pessoas que têm essa doença crônica. Ficamos de acompanhar, em 60 dias, quais foram as resoluções tomadas para tratar da doença no reexame dos registros de novos medicamentos para o tratamento da doença, que são os mais indicados do ponto de vista da dermatologia.

ACONTECEU NO SENADO



Plenário do Senado na sessão que aprovou projeto de Lei da Mediação

Lei da Mediação pretende desafogar os tribunais

■ Foi aprovada no Plenário do Senado, na terça-feira, o projeto de Lei da Mediação, que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos. A intenção é desafogar a Justiça por meio de acordos entre as partes, antes mesmo de uma decisão nos tribunais. O projeto vai à sanção presidencial.

PACTO FEDERATIVO GANHA PLANO DE TRABALHO



■ A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo aprovou na terça-feira um plano de trabalho apresentado pelo relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). A comissão terá três coordenações temáticas: finanças estaduais; finanças municipais; e organização administrativa e serviços públicos. Elas deverão apresentar pareceres preliminares até 30 de junho.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

■ Representantes dos servidores públicos ouvidos na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 1º de junho cobraram a regulamentação do direito de negociação coletiva para basear a discussão do direito de greve da categoria.

PROCURADOR CRITICA COMPOSIÇÃO DE ÓRGÃO FISCAL

■ A CPI que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ouviu na terça-feira o procurador regional da República Frederico de Carvalho Paiva, que criticou o atual modelo de composição paritária do órgão: conselheiros indicados pelo Fisco e pelos contribuintes.



SOLIDARIEDADE AO POVO ARMÊNIO POR MASSACRE

■ O Plenário aprovou na terça-feira um voto de solidariedade ao povo armênio no centenário da campanha de extermínio de sua população. O requerimento foi apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Serra (PSDB-SP).

CINCO APROVADOS PARA CONSELHO DE DEFESA ECONÔMICA

■ Terça-feira o Plenário aprovou cinco indicados por Dilma Rousseff ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nos próximos quatro anos: Eduardo Frade Rodrigues, João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Alexandre Cordeiro Macedo e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

